



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

**Boletim
fevereiro.2006.144**
Edição Electrónica

Legalidade e transparência apenas 0,0022% de condenações

A legalidade e a transparência, o seu inteiro cumprimento por parte da Administração Local, em particular, de toda a Administração Pública, em geral, são pilares fundamentais para o correcto desenvolvimento do País, quadro que contará, sempre, com o apoio empenhado dos Municípios e da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Nesta conformidade, a ANMP aprova a realização de todas as inspecções e investigações que as diversas entidades, para tanto competentes - de entre as quais a Polícia Judiciária - entendam por bem realizar, sempre em favor da transparência da Administração Pública, sempre em prol dos cidadãos.

Relembrando que os Municípios são já as instituições mais fiscalizadas - pela Inspeção Geral de Finanças, pela Inspeção Geral da Administração do Território, pelo Tribunal de Contas -, importará sublinhar que esta realidade, contudo, não nos tem impedido de, reiteradamente, solicitarmos mais inspecções, desejavelmente uma em cada mandato, por cada Município.

Em conformidade, e sem contarmos com as investigações a cargo da Polícia Judiciária, nos 30 anos de Poder Local Democrático, e na sequência de milhares e milhares de fiscalizações e investigações, apenas se apuraram, até hoje, menos de uma dezena de condenações judiciais. O que permite afirmar, face aos 450 mil autarcas eleitos, naquele período, que a percentagem de condenações é inferior a 0,0022%.

De tal jeito, ao reafirmar o seu apoio a todas as fiscalizações e inspecções à gestão autárquica, a ANMP não pode deixar de frisar, no entanto, a imperiosa necessidade de um discurso público responsável sobre estas matérias, que não crie estigmas e mine a confiança dos cidadãos nos seus representantes.



Legalidade e transparência apenas 0,0022% de condenações

Seca em análise Conselho Directivo em Bragança inicia reuniões descentralizadas

Regime remuneratório e pensões dos titulares de cargos autárquicos

Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em risco

Conselho Fiscal aprovou Relatório e Contas de 2005

Plano Sectorial da Rede Natura Preservar... áreas submersas pastoreio... em zonas urbanas

Em cidades ou vilas Projecto "mobilidade sustentável" visa melhorar as deslocações das pessoas

Municípios com Pesca e Portos reelegeram Mesa da Secção

Fundação Portuguesa de Cardiologia vai celebrar Dia Mundial do Coração

Europa em Lisboa Conferência sobre "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio"

Lembrete...

Biblioteca

Legiferando

[anterior](#) | [início](#)